

ARISTÓTELES, *Ethica Nicomachea*, III 9, IV 15 - As virtudes morais. Estudo, tradução e comentários de Marco Zingano. São Paulo, Odysseus, 2020, 282 p.

A editora Odysseus entrega ao leitor o terceiro volume da *Ethica Nicomachea* (EN) do grego para o português, por Marco Zingano. O primeiro volume, contendo EN I13-III 8, o Tratado da Virtude Moral, foi publicado em 2008; o segundo, fora da ordem esperada, contendo ENV, o Tratado da Justiça, em 2017; o terceiro veio à lume doze anos após o primeiro, e recobre o vão deixado entre os anteriores: EN III 9 – IV 15, contendo o tratamento aristotélico das virtudes morais particulares. A estrutura do terceiro volume, objeto desta resenha, é basicamente a mesma dos anteriores, consistindo em (a) introdução; (b) tradução; (c) comentários.

A introdução é dividida em sete partes, em que Zingano trata: do lugar de EN III 9 – IV 15 na estrutura temática da EN, bem como de sua divisão interna (p. 17-23); da importância do contexto urbano para o desenvolvimento das noções de parte considerável das virtudes particulares que vemos no tratado e da recusa por Aristóteles do modelo platônico das virtudes cardeais e da virtude da piedade, tradicionalmente aceite como tal (p. 23-26); da controversa noção de agir com vistas ao belo (τοῦ καλοῦ ἕνεκα) (p. 26-37); da virtude da magnanimidade e do magnânimo como figura “de culminância das práticas virtuosas” e, a partir disso, do papel metodológico que a consideração dos “tipos virtuosos” tem na determinação sobre as virtudes particulares (p. 37-49); do papel da noção

de mediedade (μεσότης) na determinação de virtudes que carecem de denominação (p. 49-54); da inflexão que a análise das virtudes morais particulares opera ela própria na doutrina da mediedade (p. 54-62); por fim, dos princípios adotados na fatura do volume (p. 62-64). Há dois pontos a salientar na interpretação: o significado da ação “em vista do belo” e a militância a favor da centralidade da noção de mediedade.

A expressão agir “com vistas ao belo” (τοῦ καλοῦ ἕνεκα) aparece pela primeira vez no tratamento aristotélico da coragem, em EN III 10, e a fortuna crítica discute o que precisamente ela significa pelo menos desde Aspásio. É justamente deste a primeira posição considerada pelo autor. Segundo Aspásio, a noção deve ser compreendida no sentido de “agir conforme a razão”, sem introduzir com isso nenhuma novidade. Por outro lado, Terence Irwin desafia a interpretação hegemônica aspásiana: a noção de “com vistas ao belo” inauguraria o âmbito do altruísmo em Aristóteles juntamente com a noção de amizade – é na ação corajosa e na relação de amizade que Aristóteles consegue indicar a ação em benefício de outro, fugindo do “egocentrismo característico” que marca as éticas eudemonistas. Em reação tanto à interpretação de Irwin quanto à de Aspásio, uma outra linha de interpretação, representada aqui por Gabriel Lear, constitui dizer que “com vistas ao belo” apresenta uma dimensão estética ao ato virtuoso, pois é pela be-

leza intrínseca da ação virtuosa que se instaura o prazer da vida moralmente boa, o que gera autossatisfação. Esta completa a apreensão que o agente tem da bondade de sua ação (p. 30). Ora, o autor reage a essa última interpretação argumentando que é estranha tal proeminência do prazer no breve momento em que o agente vivencia as coisas mais terríveis em um campo de batalha, momento no qual a própria morte se lhe afigura no horizonte próximo.

A chave interpretativa então proposta é original, mas preserva algo das interpretações de Irwin e Aspásio: Aristóteles “está circunscrevendo uma noção central para a filosofia moral, ainda que não a consiga formular com toda a clareza”, a saber, a noção de integridade moral (p. 33). É a razão e o caráter desenvolvido na repetição de ações que o aprimora e inauguram o campo da integridade moral. Nas palavras de Zingano

“a integridade moral se faz fora do domínio do prazer e da autossatisfação: ela responde antes ao rigor do caráter que se constrói por meio de razões. O agente virtuoso que, no campo de batalha, fugisse às carreiras não se reconheceria mais como o agente que foi, ele se destruiria do ponto de vista prático e, para voltar a se referir a si próprio como o mesmo agente, teria de se refugiar nas múltiplas formas da autoilusão.” (p. 35).

O segundo ponto é o do papel da doutrina da mediedade. O termo, cunhado pelo autor, capta melhor a noção de um meio termo ‘relativo a nós’ (não exato, imiscuído na particularidade das ações humanas) que alternativas como “mediania”, a qual costuma sinalizar algo da noção de mediocridade. Para ele, a doutrina da mediedade está longe de

constituir um aparato conceitual inútil, como algumas vezes se argumentou. Um dos méritos da doutrina da mediedade é servir como mecanismo de recepção e correção das virtudes aceitas como tais pela sociedade da época, o que permite a Aristóteles determinar lugares lógicos para virtudes e vícios para os quais a língua grega ainda não possuía um nome. Isso permitiu a descoberta da virtude da “tolerância” (πραότης), que hoje possui um lugar proeminente em nosso vocabulário moral, mas que constituía novidade para a moralidade grega do século IV a. C. Ademais, permitiu a recusa à admissão no rol das virtudes morais de certas noções consideradas virtudes importantes para a sociedade de então.

O autor, assim, recusa a tese amiúde aceite de que Aristóteles se tenha servido de um catálogo de virtudes morais adotado na época, mas que “construiu sua semântica moral à luz dos lugares lógicos que a doutrina do meio termo prevê para os domínios da ação que a linguagem circunscreve” (p.54).

Quanto à tradução, o texto grego usado como base é o da terceira edição do texto de Sussemlh, revisado por Apelt, de 1912, última edição crítica do texto completo da *EN*, que vem impresso nesta publicação nas páginas pares. Não raro, porém, o autor mostra independência do texto teubneriano, seja na divisão de capítulos, seja na escolha das variantes presentes nos manuscritos.¹ Seu portu-

1 Por isso, o leitor deve estar atento aos comentários ao fim do volume, uma vez que o texto grego subjacente à tradução diverge aqui e ali do texto teubneriano, que vem impresso nas páginas ímpares. No mais das vezes, a diferença é sutil e sem maior impacto na interpretação, mas não raro a adoção de uma lição diversa à do texto impresso traz

guês é elegante na tradução e não trai o estilo denso e altamente técnico da escrita do filósofo. Há nela a preocupação em manter uma coerência lexical, sem que se caia na estratégia facilitadora de se traduzir um termo grego, em todas as suas ocorrências, pelo mesmo termo em português – um vício bastante comum. Dois breves exemplos servirão para ilustrar o ponto. Em *EN* III 1-3, Aristóteles discute os conceitos de voluntariedade e involuntariedade. O agente de uma ação voluntária é dito ἑκών, o de uma ação involuntária é dito ἄκων, e suas ações são ditas, respectivamente ἀκούσια e ἐκούσια. Em 1117b 8, Aristóteles utiliza-se de ἄκων para caracterizar o agente que, agindo corajosamente, sofrerá ἄκων as dores e a morte. O fato de o mesmo termo grego ser usado em *EN* III 1-3 e III 12 pode ser enganoso quanto ao conceito: no primeiro caso, trata-se de ações voluntárias e involuntárias; no segundo, de ações de bom ou mau grado. É particularmente importante operar tal distinção no caso de III 15 1119a 21, onde Aristóteles afirma que a intemperança parece ser μᾶλλον ἐκουσίῳ que a covardia, uma vez que aquela se dá pelo prazer e esta pela dor. O autor traduz a expressão por “a maior talante”, justificando que, se tomarmos o termo no mesmo sentido em que é tomado em III 1-3, Aristóteles se afastaria da doutrina previamente esboçada ao

consequências filosóficas. Cito doze divergências, devidamente anotadas nos comentários: 115^a 4 δὲ] δὴ. 1115^a 7 ἤδη φανερόν γεγένηται] ἤδη καὶ πρότερον εἴρεται. 1115b 20 ἀνδρείῳ δέ] ἀνδρείῳ δὴ. 1117^a 20 ἢ καὶ ὅτι] ὅτι. 1120b 2 ἰδίων] οἰκείων. 1222b 4 Zingano rejeita <εἰ τρέπον>. 1124b 14 οὐδ] οὐ, ὑφ’ ὧν] ὧν. 1114b 15 ἀκούει] ἀκούειν. 1126b 4 καὶ] κἂν. 1117b 8-9 ἀποκλινεῖ] ἀποκλίνει. 1127b 12-13 ὡς ὁ ἀλαζών] ὡς γ’ ἀλαζών 1128b 25 οὐκ] οὐδ’.

defender que existiriam graus (μᾶλλον...) de voluntariedade, o que não é admitido em III 1-3. Entretanto, num dos usos populares do termo, “de bom grado”, a noção admite graus e é neste sentido que Aristóteles está usando a expressão.

Outro caso em que se exhibe a mesma sensibilidade é na tradução do termo ἐπιεικής. No livro V, destinado à virtude da justiça, Aristóteles usa o termo ἐπιεικής no sentido de “homem equânime”, dotado de “equidade” (ἐπιεικεία). Em V 14, Aristóteles afirma: “Esta é a natureza do equitativo (αὕτη ἡ φύσις ἢ τοῦ ἐπιεικοῦς): a retificação da lei na medida em que esta falha por ser universal” (1137b 24-25)². Em III 9, contudo, o temor por certas coisas, como a desonra, é listado como marca do homem respeitoso e ἐπιεικής, vertido por “decente”, seguindo o uso não técnico do termo. Seria, de fato, difícil explicar por que exatamente o homem dotado de equidade deveria ser citado como marcado pelo medo da desonra.

Além da preocupação lexical, a tradução foi realizada com particular atenção ao uso aristotélico das partículas, que assumem o papel de juntas lógicas do texto do filósofo. Tal preocupação é onipresente no trabalho, questão que não é o caso de desenvolver aqui. Um exemplo pode ilustrar. Na primeira linha da tradução, onde o texto de Susemihl-Apelt fornece δὲ, prefere-se ler δὴ. A justificativa do tradutor toma quase duas páginas de seus comentários (p. 129-131) e expõe sua posição sobre que tipo de continuidade ou ruptura a investigação sobre as virtudes particulares estabelece com os

2 A tradução utilizada é a do próprio autor do volume aqui considerado, retirada do volume anterior da mesma coleção: ZINGANO, M. *Aristóteles – Ethica Nicomachea* V1-15. São Paulo: Odysseus, 2017.

capítulos precedentes. Embora a interpretação talvez não tenha reverberações filosóficas quanto ao conteúdo tratado, ela fornece subsídios importantes para compreendermos o modo pelo qual Aristóteles estrutura suas exposições. Outro exemplo está na adoção de uma divisão de parágrafos distinta àquela adotada por Susemihl-Apelt, cuja justificativa pode ser encontrada na introdução, nas páginas 63-64: a estrutura $\mu\epsilon\nu\ \omicron\upsilon\nu\dots\ \delta\epsilon$, no uso aristotélico (que ainda desconhecia os diacríticos e a pontuação posteriormente adotados), não raro servia para identificar uma mudança de tópico, hoje capturada pela abertura de um novo parágrafo ou um novo capítulo.

Quanto à estrutura da seção de comentários, estes são divididos em grupos referentes às unidades temáticas divisadas no texto e, para cada grupo, há uma introdução. Assim, haverá uma breve introdução ao tratado da coragem (III 9-12), seguida dos comentários pontuais às passagens consideradas (p. 127-168). O mesmo ocorre com a temperança (III 13-15) (p. 168-184); com a generosidade (IV 1-3) (p. 185-201); com a magnificência (IV 3-6) (p. 201-211); com a magnanimidade (IV 7-9) (p. 211-228); com a virtude anônima relativa às honras menores (IV 10) (p. 228-230); com a tolerância (IV 11) (p. 230-240), com o conjunto polidez-veracidade-espirituosidade (IV 12-14) (p. 240-257); e finalmente com o pudor (IV 15) (p. 258-263).

Quanto aos comentários de cada passagem, divisam-se três principais tipos de considerações: (i) justificativa da variante adotada, não raro acompanhada de uma discussão mais detida sobre as variantes

não adotadas (o longo comentário a 1115a 4 já mencionado, por exemplo, expõe as razões estruturais para adotar $\delta\eta$, como faz Bekker, em vez de $\delta\epsilon$, como faz Susemihl, dadas as reverberações na estrutura da argumentação); (ii) interpretação do significado filosófico da passagem e de sua recepção na fortuna crítica (o comentário a 1115b 12 retoma o ponto já abordado na introdução sobre o significado de ‘com vistas ao belo’, pesando as alternativas de interpretação filosófica da noção); (iii) considerações sobre o *background* histórico, filosófico e linguístico que lancem luz à interpretação da passagem (o comentário a 1116a 36-b 1 discute se a fonte para “fazem o mesmo os que comandam e castigam os soldados caso batam em retirada” é uma passagem de Heródoto ou uma passagem de Homero, privilegiando este último). Com frequência esses tipos de consideração são mutuamente influentes, mormente quando a adoção de uma variante textual tem consequências filosóficas mais interessantes do que a de outra.

Em resumo: a introdução aborda temas importantes e geralmente pouco considerados na fortuna crítica. A tradução é precisa e fiel ao texto grego. Os comentários são bastante instrutivos, tanto na análise filológica, quanto na discussão do significado filosófico da passagem comentada. Trata-se, portanto, de um livro de leitura indispensável, tanto para os interessados em conhecer a filosofia moral de Aristóteles, como para o estudioso especializado.

Dionatan Tissot

Pesquisador na FFLCH, USP, Brasil
E-mail: dionatantissot@alumni.usp.br